



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

17/05/2014

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. PLANTÃO NO TJMA.....	2
2.2. PROJETO ESTANTE VAZIA.....	3
2.3. TURMAS RECURSAIS.....	4
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. PLANTÃO NO TJMA.....	5
3.2. PROJETO ESTANTE VAZIA.....	6
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. AÇÕES TJMA.....	7
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. SEM ASSUNTO.....	8 - 9
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. AÇÕES TJMA.....	10
6.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	11
6.3. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	12
6.4. COMARCAS.....	13
6.5. DECISÕES.....	14 - 15
6.6. PLANTÃO NO TJMA.....	16
6.7. PROJETO JUSTIÇA ITINERANTE.....	17

▶ VIOLAÇÕES

TJMA instala serviços de atendimento às vítimas

O Poder Judiciário do Maranhão instala na próxima segunda-feira (19), às 10h, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, três serviços de grande alcance social na comunidade, tendo como públicos-alvo crianças, adolescentes e adultos vítimas de violação dos direitos humanos. As solenidades serão realizadas no térreo da antiga sede do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau.

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, vai presidir a instalação da Sala de Depoimento Especial, que oferecerá atendimento especializado na escuta de crianças com até 12 anos de idade incompletos e adolescentes entre 12 e 18 anos, vítimas ou testemunha de violência.

Voltada para a conscientização do público infanto-juvenil, será lançada a Campanha "Jogue Contra as

Drogas", de sensibilização sobre os riscos do consumo do crack, que será divulgada junto às escolas da capital.

CEAV

Também será instalado o Centro de Apoio às Vítimas (CEAV), que prestará apoio e orientação a uma clientela de menor poder aquisitivo, vítima de crimes dolosos. Todos os serviços funcionarão no Fórum de São Luís (Calhau).

Em todos os projetos, o Poder Judiciário do Maranhão atuará em parceria com o governo do estado, Ministério Público, Defensoria Pública, e instituições ligadas aos Direitos Humanos. Estarão presentes às solenidades desembargadores e magistrados da Infância e Juventude e que integram a Coordenadoria que trata dos assuntos da referida área no âmbito do Judiciário.

- **A desembargadora** Maria das Graças Duarte responderá pelo plantão judiciário de 2º grau até domingo (18), do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).
- **No plantão** de 2º grau são recebidas apenas demandas urgentes, como habeas corpus, mandado de segurança, medidas cautelares, entre outras.

Projeto da Corregedoria já apresenta resultados positivos em Caxias

Projeto Itinerante Estante Vazia visa sanear as unidades judiciais no estado

CAXIAS - O Projeto Itinerante Estante Vazia, lançado pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) no dia 28 de abril em Caxias, já apresenta resultados satisfatórios. Nos dois primeiros dias de trabalho, foram triados cerca de mil processos, estes, estão sendo analisados e separados para providências necessárias conforme a situação processual específica. Os trabalhos na Comarca seguem até o dia 14 deste mês.

A análise parcial já resultou no encaminhamento de 72 processos para extinção de punibilidade e arquivamentos; 42 para sentenças criminais; 183 para realização de diligências diversas, bem como já foram despachados 145 processos e proferidas 94 decisões. Todo trabalho realizado pela equipe da comissão itinerante é desenvolvido com suporte do sistema de gerenciamento processual ThemisPG.

A desembargadora Nelma Sarney explicou que o Estante Vazia é um projeto volante e foi idealizado pela Corregedoria no início da sua gestão, tendo como base o levantamento relativo à "demanda" das Unidades Judi-

ciárias do estado do Maranhão, levando-se em consideração o acervo de autos em tramitação nos anos de 2012/2013, a média de distribuição nos referidos anos e os recursos humanos disponíveis nas unidades judiciais.

O estudo considerou o aumento dos acervos processuais; o acréscimo das taxas médias de distribuição/ano; e a demora na finalização de procedimentos.

"Ao realizar o levantamento identificamos necessidades de atender algumas unidades cujo volume de processos foi considerado alto. Por isso, ouvimos juízes e servidores na busca de uma solução, surgindo desse trabalho integrado o Estante Vazia. A proposta é objetiva: sanear a unidade judicial, primando pela eficiência na prestação da Justiça em todo o estado", esclareceu Nelma Sarney.

Apoio - Em Caxias, o projeto recebeu o apoio dos juízes sentenciadores Tereza Palhares Cruz e Rodrigo Costa Nina. Este último destacou que o trabalho ocorre em regime de mutirão e que os processos selecionados serão devidamente instruídos, enquanto os autos que necessitarem apenas de sentença serão remetidos para São Luís e os juízes sentenciadores, com apoio da secretaria permanente, procederão com as respectivas decisões.

Renovação automática de contrato gera indenização

TIMON - A Turma Recursal Cível e Criminal de Caxias confirmou uma decisão favorável a um consumidor que moveu uma ação no Juizado Especial Cível e Criminal de Timon. O reclamante alegou que houve uma renovação automática do contrato com a empresa Catho on Line, sem que ele tenha autorizado, e que houve demora na realização dos estornos no cartão de crédito, com a bandeira Visa.

A decisão que resultou em recurso foi prolatada pelo juiz Rogério Monteles da Costa. Segundo o Acórdão da Turma, que teve como relator o juiz Sidarta Gautama Farias Maranhão, houve a falha na prestação dos serviços das duas empresas pelo não reconhecimento da existência do contrato que deu ensejo aos lançamentos indevidos e arbitrou a indenização em R\$ 1.356,00.

"O artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor estabelece regra de responsabilidade solidária entre os fornecedores de uma mesma cadeia de serviços, e por esta razão é que as "bandeiras" de cartão de crédito devem responder pelos danos decorrentes da má prestação do serviço", citou Sidarta Gautama. Ele observou que há, ainda, uma clara colaboração entre a instituição financeira, a administradora do cartão de crédito e a "bandeira".

PLANTÃO NO TJMA



Desembargadora Maria das Graças Duarte

A desembargadora Maria das Graças Duarte Mendes responderá pelo plantão judiciário de 2º grau até domingo (18), de acordo com a Portaria 226/2014, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). No plantão de 2º grau são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros. Os servidores plantonistas são Roberto Monteiro Carvalho e José de Jesus Costa, que podem ser encontrados pelo telefone (98) 8866-9274. O número disponibilizado para o plantão é (98) 8815-8344.

FUNCIONAMENTO

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão. Nos dias úteis, o plantão judiciário funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados - inclusive os de ponto facultativo - entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

CONTRATAÇÕES IRREGULARES

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu denúncia contra a prefeita de Açailândia, Gleide Lima Santos, acusada pelo Ministério Público Estadual (MP) de fazer contratações temporárias de servidores contrárias às determinações legais e em desacordo com a norma constitucional de exigência de concurso público. De acordo com o Ministério Público, as contratações foram feitas em detrimento dos aprovados no concurso público promovido pelo Município em 2012, incorrendo a prefeita em crime de responsabilidade descrito no Código Penal (artigo 1º, XIII, do Decreto-Lei n.º 201/67, c/c artigo 71). O MP diz na denúncia que cerca de 1.885 candidatos foram aprovados no concurso, mas a prefeita optou por realizar, indevidamente, contratos temporários.

PROVAS

Para o relator do processo, desembargador José Bernardo Rodrigues, há elementos suficientes que caracterizam o delito supostamente praticado pela prefeita, devendo ter prosseguimento ação penal para que sejam provadas as alegações tanto da acusação quanto da defesa, respeitado o contraditório e a ampla defesa. Para o magistrado, a denúncia do MP descreve com clareza o fato delituoso e satisfaz as exigências formais do artigo 41 do Código de Processo Penal, inexistindo qualquer fundamento para a sua rejeição. Com esse entendimento, o magistrado votou pelo recebimento da denúncia nos termos em que foi ofertada, com a instauração da competente ação penal em desfavor da gestora municipal.

SALDO POSITIVO

Os juízes Rodrigo Costa Nina e Tereza Palhares Cruz entregaram, nesta sexta-feira (16), à corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, um relatório com resultado dos trabalhos do projeto itinerante "Estante Vazia" realizado na Comarca de Caxias, a 368km da capital. Em pouco mais de uma semana, foram analisados 1575 processos, resultando em 1077 atos, entre decisões, despachos e sentenças. Somados os trabalhos nas duas unidades judiciais, foram realizados mais de 700 despachos, que objetiva o andamento processual, e proferidas mais de 300 decisões. O número de sentenças chega a 49, mas, conforme explicou o juiz Rodrigo Nina, outros 150 processos seguirão para serem sentenciados no Fórum de São Luís, onde funciona o Núcleo de Juízes Sentenciantes e a Secretaria de Apoio ao 1º Grau, que continuam funcionando e recebendo processos de outras comarcas.

Crianças e adolescentes

Na segunda-feira (19), a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, instala o serviço de “depoimento especial” para escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência e lança a campanha “Jogue contra as drogas”, de prevenção ao uso do crack. Na mesma data, será instalado o Centro de Apoio às Vítimas – CEAV, serviço de apoio e orientação às vítimas de crimes dolosos e seus familiares. A solenidade está marcada para às 10h, no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau.

Deputada Valéria Macedo participa com Flávio Dino de 'Diálogos com as Mulheres'

"Qualquer governo que pretenda ser minimamente democrático tem que trabalhar fortemente para equilibrar a enorme desigualdade de gênero no poder", disse Valéria

A deputada estadual Valéria Macedo (PDT), em mais um fim de semana na região tocantina, participou ontem de encontros políticos em Imperatriz e Campes- tre do Maranhão, acompanhando a caravana do movimento "Di- álogos pelo Maranhão" do pré- candidato a governador Flávio Dino que realiza esses encontros no sentido de buscar debater os problemas do Maranhão e obter subsídios para montagem de seu futuro programa de governo.

Na noite da última quinta-fei- ra a parlamentar sul maranhense fez em Imperatriz, durante o en- contro denominado "Diálogos com as mulheres", um vigoroso discurso quando mapeou os pro- blemas da região, falou de sua atuação como parlamentar na defesa das causas da saúde e fez várias propostas ao programa de governo do pré-candidato das oposições.

Veja na íntegra o discurso da deputada que foi bastante aplaudido por homens e mulheres que lotaram o auditório da Igreja Shallon.

Companheiras mulheres, com- panheiros homens aqui presen- tes, quero antes de tudo parabe- nizar o nosso pré-candidato à go-

vernador Flávio Dino por esta ini- ciativa de ouvir o povo do Mara- nhão as lideranças e mais ainda, ouvir as mulheres.

No Brasil, no nosso Mara- nhão, o debate sobre economia, Meio Ambiente, Saúde, Educa- ção e Segurança Pública, sempre aconteceram nos gabinetes, se a presença ou participação do povo, sem a participação das mulheres e demais segmentos que tanto clamam por melhorias, mas sempre acabam ficando de fora das prioridades do governo.

Penso Flávio Dino, que não é exagero afirmar, que nós, as pes- soas desta região, somos as an- tenas da oposição no estado. Nosso saudoso Jackson Lago cultivou por aqui bem esta plan- ta e nós a temos regado com res- ponsabilidade e maturidade. Nossa caminhada se iniciou ao lado do Governador Jackson Lago em 1994, 2002, 2006 e 2010 e compreendemos que agora é sua vez de conduzir o processo polí- tico à frente.

A posição política minha, do meu irmão Deoclides Macedo, do meu marido Marco Aurélio e de todo nosso grupo é e sempre foi ao lado do campo democrático. Desse modo, reafirmo nosso compromisso político com este

aguerrido povo tocantino, com nossas bandeiras mais caras, com você e com todos aqueles que sonham e lutam por um Ma- ranhão justo, desenvolvido e de- mocrático.

Flávio, Rosângela, compa- nheiros e companheiras... As nossas carências são crônicas e diversificadas. Uma das maiores aqui na região e de Imperatriz penso que seja no campo das políticas sociais, dentre as quais destaco a saúde, a educação bá- sica, técnico, tecnológica e su- perior e a segurança pública, cu- jas condições estruturais e de pessoal em Imperatriz e região são as mais críticas.

Um novo governo que espera- mos seja instalado a partir do ano que vem, tem um grande desafio pela frente em todos os setores políticos administrativos, mas em relação às mulheres que é o tema aqui a ser debatido, tem que:

- 1 - Executar políticas públicas de enfrentamento a todas as for- mas de violência de gênero, cujos índices são inaceitáveis, pela real implementação da Lei Maria da Penha;
- 2- Executar uma política de a promoção da igualdade salarial;
- 3 - E que nesse novo governo se- jam finalmente atendidas as nos- sas reivindicações por creches, o fortalecimento do SUS e a efetiva implementação de um Plano Esta- dual de Políticas para as Mulhe- res, entre outras pautas.

Na Assembleia Legislativa do

Maranhão desde o início de nosso mandato propomos e temos cobrado do governo do Maranhão a instalação de Delegacias Especializadas da Mulher em Estreito e Grajaú, duas regionais importantes devido ao crescimento econômico e demográfico que vem trazendo muitos problemas de violência contra a mulher, sendo que a implantação de uma delegacia especializada nessas duas cidades beneficiará diretamente uma população estimada em mais de 100 mil habitantes, segundo dados do IBGE.

Por isso precisamos de Delegacias Especiais da Mulher para que possamos defender e garantir direitos, segurança e uma melhor qualidade de vida para as mulheres.

Mas delegacias que funcionem. Não basta criar essas especializadas e não dar condições para seus funcionamentos, como vem acontecendo na maioria das 17 delegacias da mulher no Maranhão. Temos o exemplo de Açailândia, cidade onde os casos de violência contra a mulher são quase que diários e lá a delegacia, desde que foi implantada, nunca funcionou ou a contento.

SAÚDE - Outro assunto que merece uma grande mudança no novo governo que pretendemos implantar com a graça de Deus e a ajuda do povo do Maranhão, é a Saúde Pública.

Precisamos mudar o rumo da saúde do estado para o setor público. O modelo, a maneira de se fazer saúde que ai está não pode permanecer, terceirizada, gerenciada por OSCIPs e ONGs que não aplicam corretamente os recursos da saúde.

As relações de trabalho na área da saúde pública e que atinge em sua maioria as mulheres é

Divulgação



Valéria discursa no Diálogo com as Mulheres

precarizada, por isso o concurso público é uma de nossas bandeiras de luta. Precisamos construir um quadro de enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem nos hospitais e demais estabelecimentos de saúde do Estado, servidores públicos de carreira e não de indicações políticas e contratações precárias.

Defendemos a carga horária de 30 horas para os profissionais de enfermagem, incluindo enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem que é uma reivindicação nacional, já provada em alguns estados. Aqui, no Maranhão, aprovamos o Projeto de Lei, de minha autoria, no mesmo sentido, mas, infelizmente, foi vetado pela governadora.

O grande hospital regional de Imperatriz de alta complexidade, que era projeto de Jackson e de nosso PDT nunca saiu do papel. Jackson chegou a disponibilizar os recursos, mas não teve tempo de fazê-lo. O governo chegou a iniciar a construção de um hospital aqui na estrada de João Lisboa, com 100 leitos, mas não avançou. 100 leitos para Imperatriz e região é algo muito pequeno, insuficiente. Aqui precisamos de um hospital de alta complexidade do estado com o mínimo de

300 leitos, bem equipado, com recursos e com servidores de carreira concursados.

Finalmente, meu caro Flávio Dino, companheiras e companheiros, que no novo governo a ser implantado no MA as mulheres realmente estejam fazendo parte dele, pois hoje a representação feminina ainda é muito simbólica e não efetiva.

Nós mulheres estamos fora do poder. As mulheres são cerca de 52% dos eleitores brasileiros, mas aqui no Maranhão apenas 17% das 42 cadeiras de deputados são ocupadas por mulheres, ou seja, somos apenas 7 deputadas estaduais aqui no Maranhão. E essa média de percentual se reproduz Brasil a fora.

Nós mulheres precisamos ocupar o poder nos mais diversos níveis, inclusive no Poder Executivo, que no Brasil é o responsável pelas políticas públicas de saúde, educação, dentre outras.

Qualquer governo que pretenda ser minimamente democrático tem que trabalhar fortemente para equilibrar a enorme desigualdade de gênero no poder.

São essas as minhas palavras... Que Deus nos abençoe a todas e a todos...

TJMA instala serviços de atendimento a vítimas de violações de direitos humanos

O Poder Judiciário do Maranhão instala nesta segunda-feira (19), às 10h, no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau, três serviços de grande alcance social na comunidade, tendo como públicos-alvo crianças, adolescentes e adultos vítimas de violação dos direitos humanos. As solenidades serão realizadas no térreo da antiga sede do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau.

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, vai presidir a instalação da Sala de Depoimento Especial, que oferecerá atendimento especializado na escuta de crianças com até 12 anos de idade incompletos e adolescentes entre 12 e 18 anos, vítimas ou testemunha de violência.

Voltada para a conscientização do público infanto-juvenil, será lançada a Campanha "Jogue Contra as Drogas", de sensibilização sobre os riscos do consumo do crack, que será divulgada junto às escolas da capital.

Ceav – Também será instalado o Centro de Apoio às Vítimas (CEAV), que prestará apoio e orientação a uma clientela de menor poder aquisitivo, vítima de crimes dolosos. Todos os serviços funcionarão no Fórum de São Luís (Calhau).

Casamento comunitário

Quase 100 casais já se inscreveram para o casamento comunitário que a Comarca de Carutapera (538 km da capital) promove no dia 26 de junho, às 17h, na Quadra da Cidadania (Avenida Padre Mário Racca, Bairro Perpétuo Socorro). Preside o casamento o juiz titular da unidade, Alexandre Antonio José de Mesquita.

Inscrições para a cerimônia podem ser feitas até o dia 4 de junho, sempre às quartas-feiras, das 8h às 12h e das 14h às 18h, na Serventia Extrajudicial da comarca, também situada na Avenida Padre Má-

rio Racca, s/n. Na portaria que trata do casamento, o juiz da comarca destaca o grande número de casais em Carutapera sem a devida legalização.

O Projeto Casamentos Comunitários foi instituído pelo Poder Judiciário do Maranhão no ano de 1999. Desde então, milhares de casais em todo o Estado já oficializaram a união através da iniciativa. Só em 2014 cerca de 900 casais participaram das cerimônias realizadas em comarcas maranhenses. Todos os atos relativos ao casamento são gratuitos.

Conflitos familiares podem ser resolvidos no Centro de Conciliação do TJMA

A mediação de conflitos familiares, que antes era feita somente nas Varas da Família, agora pode ser realizada também no Centro de Conciliação do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). No local são resolvidos casos pré-processuais e processos já em andamento.

A conciliação é mediada por conciliadores do próprio centro ou por voluntários. O serviço funciona apenas na unidade do Fórum de São Luís. O pedido de audiência é feito pelas partes por meio de formulário próprio disponível no do site do Tribunal de Justiça, no link “conciliação”, ou pelo Telejudiciário, que atende pelo número 0800-707-1581.

Se preferir, o interessado pode se dirigir ao centro (Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau) e, além de agendar a audiência

já deixa marcada, quando for o caso, a data de realização do exame de DNA, no Laboratório de Biologia Molecular, que funciona no próprio fórum.

“Esse trabalho visa estimular o diálogo entre as partes para o amadurecimento do conflito”, explica o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu.

Conforme Alexandre Abreu, as relações familiares têm um ganho muito grande ao serem resolvidas através da conciliação, “pois aquele que se oferece voluntariamente para resolver seu conflito familiar tem maior chance de solucionar o problema do que por meio de uma imposição judicial”, acrescentou o magistrado. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (98) 3194-5676.

I Encontro de Psicologia Jurídica



Foi realizado, na quarta-feira (14), no auditório do Sesi, em Bacabal, o I Encontro de Psicologia Jurídica do Centro de Estudos Superiores de Bacabal (CESB), da Universidade Estadual do Maranhão (Uema).

O Encontro foi organizado pelos alunos do 6º período de Direito, sob a coordenação do professor Igor Santos Caixeta. Estiveram presentes, a diretora do CESB, Rozilma Soares Bauer, servidores da Procuradoria da República, alunos do Curso de Direito, Administra-

ção e de outros Cursos do Centro, além de convidados.

A programação do evento contou as palestras “Abordagem sobre a Aplicação da Psicologia nos Processos Cíveis e Criminais” com Dr. Israel Gonçalves Santos Silva, procurador da República e “A importância da Constituição dos Vínculos na Formação do Sujeito e Considerações acerca do Direito de Família na Psicologia” com Dr. Jesaias Silas da Silva, psicólogo do Fórum da Comarca de Bacabal.

**Tribunal de
Justiça recebe
denúncia
contra prefeita**

PÁGINA 6 [C1]

TJ recebe denúncia contra prefeita de Açailândia

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu denúncia contra a prefeita de Açailândia, Gleide Lima Santos (PMDB), acusada pelo Ministério Público Estadual (MP) de fazer contratações temporárias de servidores contrárias às determinações legais e em desacordo com a norma constitucional de exigência de concurso público.

De acordo com o Ministério Público, as contratações foram feitas em detrimento dos aprovados no concurso público promovido pelo Município em 2012, incorrendo a prefeita em crime de responsabilidade descrito no Código Penal (artigo 1º, XIII, do Decreto-Lei n.º 201/67, c/c artigo 71).

O MP diz na denúncia que cerca de 1.885 candidatos foram aprovados no concurso, mas a prefeita optou por

realizar, indevidamente, contratos temporários. Para o relator do processo, desembargador Bernardo Rodrigues, há elementos suficientes que caracterizam o delito supostamente praticado pela prefeita, devendo ter prosseguido ação penal para que sejam provadas as alegações tanto da acusação quanto da defesa, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

Segundo o magistrado, a denúncia do MP descreve com clareza o fato delituoso e satisfaz as exigências formais do artigo 41 do Código de Processo Penal, inexistindo qualquer fundamento para a sua rejeição.

Com esse entendimento, o magistrado votou pelo recebimento da denúncia nos termos em que foi ofertada, com a instauração da competente ação penal em desfavor da prefeita Gleide Lima Santos. *(Ascom / TJMA)*

Desembargadora Graças Duarte permanece no plantão até domingo

A desembargadora Maria das Graças Duarte Mendes responderá pelo plantão judiciário de 2º grau até domingo.

Os servidores plantonistas são Roberto Monteiro Carvalho e José de Jesus Costa, que podem ser encontrados pelo telefone (98) 8866-9274. O número disponibilizado para o plantão é (98) 8815-8344.

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

Conciliação

A função social do Judiciário, alcançada a partir das ações itinerantes que levam serviços jurisdicionais à população, tem sido fortalecida pelo papel do juiz conciliador. É o que a magistrada Maria de Fátima Barbosa Pirauá, do Tribunal de Justiça de Alagoas, demonstrou durante palestra, no curso de Justiça Itinerante, oferecido pela escola judicial maranhense. A experiência com o projeto, no tribunal alagoano, transmitida durante o treinamento, revelou que a mediação de conflitos - durante as audiências conciliatórias - tem sido o carro-chefe da itinerância naquele estado.